

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 44 de 15 de Julho de 2021.

Projeto de Lei n.º 73/2021 de 14 de Junho de 2021.

### Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Autoriza abertura de créditos adicionais especiais valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), recurso oriundo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, junto ao orçamento municipal de 2021, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 49 do Regimento Interno que relata:

*“Art. 49. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento e aos créditos adicionais; matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras; além de proposições que representam modificação patrimonial do município, bem como as contas do Prefeito, fiscalizando a execução orçamentária”*.

### Fundamentação

A Lei Federal n.º 4.320, de 1964, que versa sobre normas gerais de direito financeiro, estabelece que os **créditos especiais** se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe, ainda, a referida norma, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disto, o art. 40 e art.41 II da referida lei, dizem:

*“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*(...)*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;"*

A Constituição da República estabelece, em seu art.167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

*"Art.167. São vedados:*

*(...)*

*V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"*

De acordo com o manual de orientações do FUNDEB:

*"Os recursos do FUNDEB devem ser empregados **exclusivamente em ações de manutenção e de desenvolvimento da Educação Básica Pública**, particularmente na valorização do magistério, devendo ser subdivididos para aplicação, da seguinte forma:*

*(...) a parcela mínima de 60% do Fundo deve ser destinada à remuneração dos profissionais do magistério (...)*

*(...) os recursos restantes (de 40% do total) devem ser direcionados para despesas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio (MDE), realizadas na Educação Básica (...) (Manual de orientações do FUNDEB. Pag. 19-21)".*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Criado em 2006 pela Emenda Constitucional nº 53/2006 para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) vem ajudando os sistemas de ensino a se organizarem melhor no que diz respeito ao atendimento escolar de toda a **Educação Básica**. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) dá segurança financeira aos municípios e Estados para expandirem seu número de matrículas e os orienta no cumprimento de suas responsabilidades com a **Educação**.

Como a validade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) iria até 2020, foi necessário a criação de um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e este, por sua vez, foi instituído pela Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e regulamentado **pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**.

Este novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) trata-se de um Fundo Especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e de transferências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vinculados à Educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. **Independentemente da fonte de origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública**, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

Na Justificativa do Projeto de Lei nº 73/2021 é dito que um dos objetivos do mesmo será o de promover a substituição parcial de dotações, ou seja, a ANULAÇÃO de recursos das fichas orçamentárias 530, 536, 559, para a criação de NOVAS fichas, necessárias para o adequado empenho e contabilização de despesas em consonância com a Lei Federal nº 14.113 de Dezembro de 2020 (já mencionada acima). Ou seja, este recurso no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) será referente para o pagamento dos profissionais da Educação, em cumprimento ao art. 26 da Lei Federal nº 14.113/2020 (Novo FUNDEB).

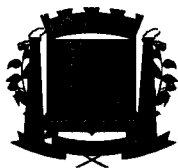
Importante destacar que, no art. 2º do Projeto de Lei nº 73/2021 é mencionado que *“Os créditos Especiais abertos pelo artigo anterior serão cobertos com recursos de anulações parciais de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo se especificam:”*

02 06 05 12 361 0011 2.055 319004 F-530	R\$ 1.000.000,00	FEB70 DR-118
02 06 05 12 365 0011 2.154 319004 F-559	R\$ 500.000,00	FEB70 DR-118
02 06 05 12 361 0011 2.055 319113 F-536	R\$ 300.000,00	FEB70 DR-118

O Prefeito Edson, por meio da Justificativa anexa ao Projeto de Lei nº 73/2021, também explicou que quando a nova lei foi promulgada, já no final de 2020, o

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



# **Câmara Municipal de Ubá**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

orçamento de 2020 já estava aprovado e, por isto, torna-se necessária essa adequação do orçamento municipal ao novo mandamento legal que estabelece quais são os profissionais de educação que podem ser inscritos nos cálculos de 70% dos recursos destinados ao pagamento dos profissionais do setor.

## Conclusão

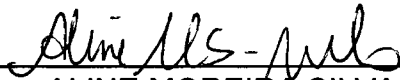
Pelo exposto acima, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela aprovação do Projeto de Lei n.º 73/2021.

Ubá, 15 de Julho de 2021.



---

EDEIR PACHECO DA COSTA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO



---

ALINE MOREIRA SILVA MELO  
MEMBRO DA COMISSÃO

---

GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO